



**ANÁLISE DA ASSISTÊNCIA DE ENFERMAGEM ÀS VÍTIMAS DE
VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER NO ESTADO DO TOCANTINS:
UMA ABORDAGEM EPIDEMIOLÓGICA**

**ANALYSIS OF NURSING CARE FOR VICTIMS OF VIOLENCE AGAINST
WOMEN IN THE STATE OF TOCANTINS:
AN EPIDEMIOLOGICAL APPROACH**

Paulo Roberto Ferreira MORAIS
Faculdade Guaraí (FAG)
E-mail: pauloroberto9@gmail.com
ORCID: <https://orcid.org/0009-0008-8789-4946>

Glaucya Wanderley Santos MARKUS
Faculdade Guaraí (FAG)
E-mail: glaucyamarkus@outlook.com
ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-8916-1086>

Liberta Lamarta Favoritto Garcia NERES
Faculdade Guaraí (FAG)
E-mail: liberta.neres@iescfag.edu.br
ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1327-605X>

Mara Regina Lucena CABRAL
Faculdade Guaraí (FAG)
E-mail: mararegina.uft@gmail.com
ORCID <https://orcid.org/0000-0003-2739-7231>

Adriana Keila DIAS
Faculdade Guaraí (FAG)
E-mail: adrianakeiladias@hotmail.com
ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1291-5593>

Resumo

A violência contra a mulher é um problema estrutural e histórico, sendo os profissionais de enfermagem importantes agentes na assistência a essas mulheres, requerendo uma atenção integral em seu manejo, dada sua ampla ordem que pode ser (física, sexual, material e/ou psicológica). O estudo tem como objetivo apresentar e discutir o conhecimento dos profissionais de enfermagem mediante a assistência a mulher vítima de violência. Trata-se de uma pesquisa de campo, de caráter bibliográfico, descritivo e quali-quantitativo. O estudo teve a participação de n=12

Paulo Roberto FERREIRA; Glaucya Wanderley Santos MARKUS; Liberta Lamarta Favoritto Garcia NERES; Mara Regina Lucena CABRAL; Adriana Keila DIAS. ANÁLISE DA ASSISTÊNCIA DE ENFERMAGEM ÀS VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER NO ESTADO DO TOCANTINS: UMA ABORDAGEM EPIDEMIOLÓGICA. JNT Facit Business and Technology Journal. QUALIS B1. 2023. FLUXO CONTÍNUO - MÊS DE JULHO. Ed. 43. VOL. 1. Págs. 594-611. ISSN: 2526-4281 <http://revistas.faculadefacit.edu.br>. E-mail: jnt@faculadefacit.edu.br.

profissionais graduados em enfermagem e atuantes em unidades básicas de saúde, sendo a maioria de 37-42 anos, ainda 76,99% do gênero feminino e 69,23% com tempo de atuação entre 11 a 20 anos, dos quais 61,54% não se sentem plenamente preparados para assistir casos de VCM, evidenciado também a problemática da subnotificação. Faz-se imprescindível a formação continuada dos profissionais da equipe multidisciplinar bem como da enfermagem, importantes agentes de identificação e manejo da Violência contra a Mulher, e também a elaboração de medidas para mitigar/ amenizar a subnotificação.

Palavras-chave: Violência contra a mulher. Assistência de enfermagem. Notificação compulsória.

ABSTRACT

Violence against women is a structural and historical problem, and nursing professionals are important agents in assisting these women, requiring comprehensive care in their management, given the wide range that can be (physical, sexual, material and/or psychological). The study aims to present and discuss the knowledge of nursing professionals through assistance to women victims of violence. It is a field research, bibliographical, descriptive and qualitative. The study had the participation of n=12 professionals graduated in nursing and working in basic health units, the majority being 37-42 years old, still 76.99% female and 69.23% with working time between 11 to 20 years, of which 61.54% do not feel fully prepared to assist cases of VAW, also highlighting the problem of underreporting. It is essential to continue training professionals from the multidisciplinary team as well as nursing professionals, important agents in the identification and management of Violence against women, as well as the development of measures to mitigate/ease underreporting.

Keywords: Violence against women. Nursing Assistance. Compulsory Notification.

INTRODUÇÃO

A Violência contra a Mulher (VCM) é uma questão de saúde pública e direitos humanos que vem acompanhando a história da humanidade. Desde a antiguidade, a

mulher é vista como um objeto de propriedade do homem, o que perpetua o desrespeito, a desigualdade e a violência contra elas. Na contemporaneidade, essa problemática ainda persiste, e tem-se observado um aumento dos casos de violência contra a mulher (PEREIRA, 2019).

A violência contra a mulher é definida pelas Nações Unidas como “qualquer ato violento baseado no gênero que resulte, ou possa resultar, em danos psicológicos, sexuais ou físicos, ou sofrimento da mulher, incluindo ameaças de tais atos, coerção ou privação arbitrária da liberdade, caso ocorra na vida pública ou privada” é um problema que cresce a cada ano, atingindo as mulheres de todas as faixas etárias, mortas por armas de fogo, objetos cortantes, enforcamentos e outras formas. Um artigo reunindo dados de vários estados do Brasil mostrou que apesar do aumento dos casos de violência contra essas mulheres, as denúncias que são feitas não são finalizadas com boletins de ocorrência o que nos leva a refletir, qual o motivo (CAMPOS, 2020).

Segundo dados da Organização Mundial da Saúde (OMS), cerca de uma em cada três mulheres já sofreu violência física ou sexual, seja pelo parceiro íntimo ou por terceiros. No Brasil, os índices de violência contra a mulher são alarmantes, sendo o país com a quinta maior taxa de feminicídio no mundo. Em 2020, o Disque 180, canal de denúncias do Governo Federal, recebeu mais de 105 mil denúncias de violência contra a mulher, esses números indicam um agravamento da problemática diante do isolamento social imposto pelo Coronavírus SARS-COV 2, causador da COVID-19 (BEZERRA, 2020).

Para enfrentar esse grave problema, foi criada a Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340/2006), que estabelece medidas de proteção às mulheres em situação de violência doméstica e familiar. A lei leva o nome da farmacêutica Maria da Penha, que foi vítima de violência doméstica por 23 anos e se tornou um símbolo na luta contra a violência à mulher no Brasil (BRASIL, 2023).

Nesse contexto, é fundamental a atuação do profissional de enfermagem na assistência às mulheres em situação de violência. O enfermeiro deve estar capacitado para identificar, notificar e encaminhar a mulher em situação de violência para os serviços de atendimento especializado. Além disso, é importante que o enfermeiro oriente a mulher sobre seus direitos e sobre como proceder em casos de violência (CHAVES, 2022).

Ante a problemática os profissionais de enfermagem surgem para ofertar um atendimento a VCM (violência contra a mulher), de forma integral levando em conta seu bem-estar biopsicossocial, buscando estabelecer um vínculo de confiança para que a mesma se sinta segura em expor seu problema, sendo as consultas de enfermagem grande aliada na identificação destes casos não diminuindo a importância da equipe multiprofissional. Dessa forma, o profissional de enfermagem desempenha um papel fundamental na prevenção e no enfrentamento da violência contra a mulher, contribuindo para a promoção da saúde e dos direitos humanos das mulheres (SANTOS ALECRIM, 2020).

A pesquisa tem como objetivo compreender o conhecimento e preparo dos profissionais de enfermagem acerca dos instrumentos e condutas frente a assistência à mulher vítima de violência.

MATERIAL E MÉTODOS

O estudo é de caráter bibliográfico, descritivo e quali quantitativo, com amostragem de 25 profissionais de enfermagem (enfermeiros e técnicos de enfermagem) que atuam nas Unidades Básicas de Saúde - UBS (Antônia Correia de Almeida; Aluísio Tenório Marques; Cosme Mariano Dos Santos; José Coelho Dos Santos, Maria Célia Valadares; Joséfa Pestana; Jose Lomazzi Filho; Setor Aeroporto) dos Municípios de Guaraí e nas UBS (Dr. Joaquim; Cíntia Oliveira; Setor Sul, Goiani dos Campos) do município de Colmeia, interior do Tocantins.

Os critérios de inclusão foram: serem profissionais de enfermagem atuantes e com vínculo ativo nas unidades básicas de saúde, possuir disponibilidade para responder o questionário e assinar o termo de consentimento livre e esclarecido (TCLE), já os critérios de exclusão foram profissionais que não atuassem em unidades básicas de saúde, que atuassem, mas não fossem da enfermagem, que não concordassem em assinar o TCLE e demais que não se sentissem à vontade em participar da pesquisa. A coleta de dados foi realizada nos meses de fevereiro e março de 2023, por meio de questionário semiestruturado composto de 15 perguntas.

Segundo Minayo 1999, o método qualitativo compõe-se de um conjunto de métodos de pesquisa e de análise de dados, abrindo oportunidades para relacionar padrões sociais e teorias que já existem.

Segundo Denzin e Lincoln (2006), a pesquisa qualitativa é um método que adota uma abordagem natural e interpretativa do objeto em estudo, buscando compreender seu significado e interpretar os fenômenos em termos dos sentidos atribuídos pelas pessoas envolvidas. Essa abordagem visa investigar as coisas em sua configuração natural, sem intervenções externas.

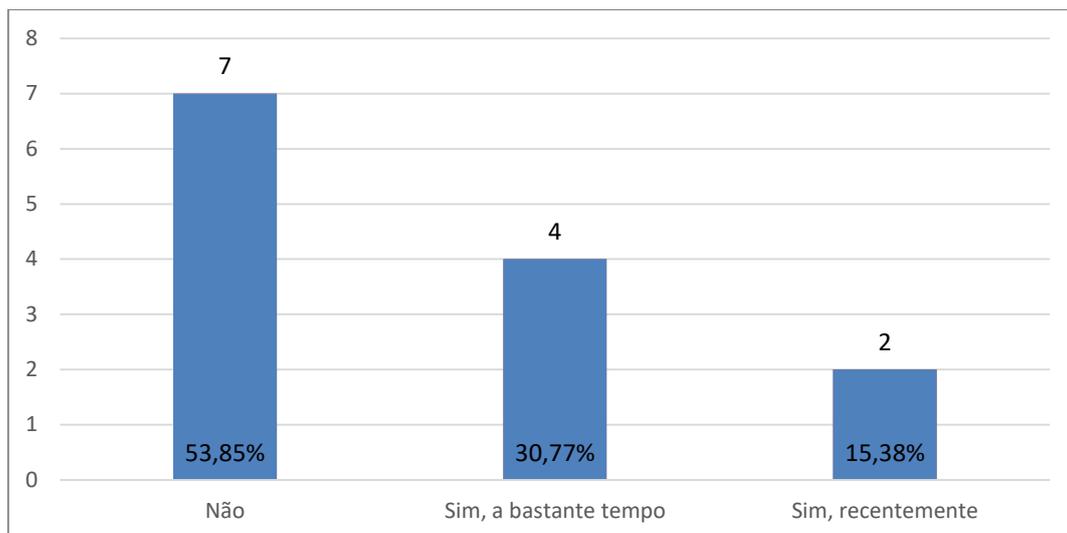
O trabalho foi realizado seguindo os princípios éticos de pesquisa com seres humanos, orientado na Resolução nº 466/2012 do Conselho Nacional de Saúde. A pesquisa foi submetida e aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Estadual do Tocantins – UNITINS (Palmas-TO), através do parecer 5.817.134.

Ainda para revisão bibliográfica e discussão de dados foram utilizadas publicações científicas que versem sobre a temática, retiradas das bases de dados (Google Acadêmico, Scielo e PubMed).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O acolhimento é uma conduta e uma ação que propicia a construção de uma relação de confiança e comprometimento entre os usuários e as equipes de serviços, buscando solucionar os problemas identificados por meio da escuta ativa e oferecendo uma prática assistencial mais adequadas às necessidades das mulheres vítimas de violência. É importante considerar e respeitar a deliberação da própria mulher ao propor um projeto de ação que possa acolhê-la em condições de violência. Embora seja necessário oferecer informações como a possibilidade de denúncia do agressor e medidas protetivas, a mulher é quem decide se vai seguir tais orientações ou não (LIMA DELMORO, 2022).

Gráfico 01: Instituição ofertou educação continuada na assistência a violência contra a mulher (VCM) - Enfermeiros.



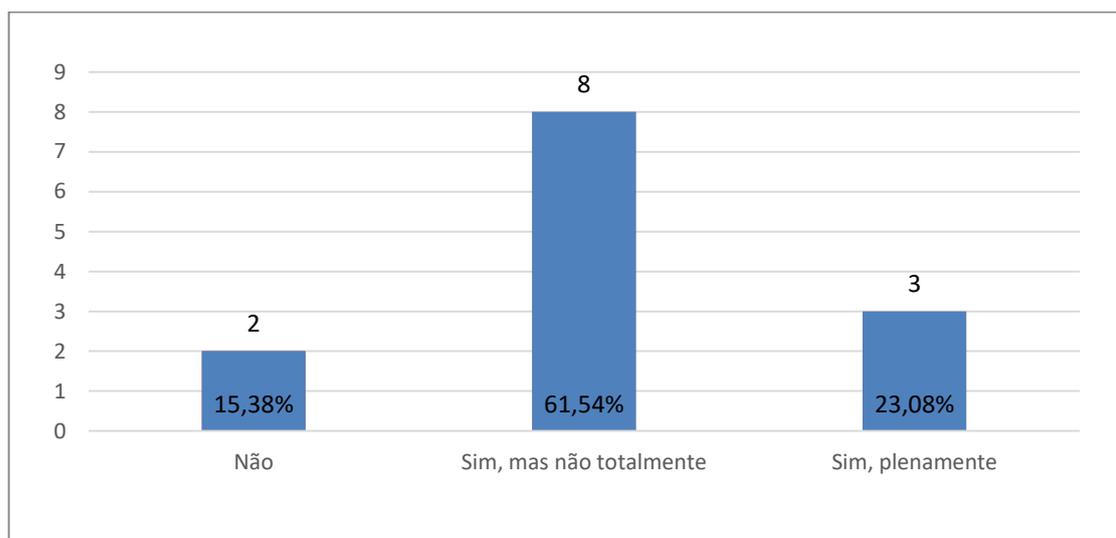
Fonte: Elaborado pelos autores (2023).

A amostra foi composta por n= 25 profissionais ao total, sendo n=12 enfermeiros e n=13 técnicos de enfermagem que atuam na Atenção Primária a Saúde - APS, em Unidades Básicas de Saúde no interior do estado do Tocantins. Em relação a idade os profissionais enfermeiros a maioria 30,77% (n= 4) está na faixa de (37-42 anos), enquanto nos técnicos 25% (n= 3) entre (31-36 anos) e 25% (n=3) entre (43-48 anos). Concernente ao gênero os enfermeiros 76,92% (n=10) feminino, 15,38% (n=2) masculino e 7,69% (n=1) outro, os técnicos de enfermagem 91,67% (n=11) declarou gênero feminino e 8,33% (n=1) masculino. Atinente ao estado civil 53,85% (n=7) são casados, 30,77% (n=4) são solteiros, 15,38% (n=2) divorciados, já os técnicos 41,67% (n=5) casados, 33,33% (n=4) solteiro, 8,33% (n=1) divorciado e 16,67% (n=2) outro. O tempo de atuação profissional foi de 11 a 20 anos em 69,23% (n=9), 23,08% entre 1 a 2 anos (n=3) e em 7,69% (n=1) 5 a 10 anos, para os técnicos em enfermagem 41,67% (n=5) entre 11 a 20 anos, 25% (n=3) 1 a 2 anos, 5 a 10 anos 16,67% (n=2) e mais de 21 anos 16,67% (n=2).

Em relação aos estudos continuados após a graduação, 46,15% (n=6) dos profissionais enfermeiros realizaram especialização, enquanto 53,85% (n=7) ficaram apenas com título de bacharel, nenhum realizou mestrado ou doutorado. Quando questionados sobre a instituição a qual trabalham ter ofertado educação continuada na

atenção a mulher vítima de violência 15,38% (n=2) responderam que tiveram recentemente, 30,77% (n=4) que sim a bastante tempo, enquanto maioria 53,85% (n=7) responderam que não (Gráfico 01). Nos técnicos de enfermagem os números acompanharam com 66,67% (n=8) respondendo que não receberam, 25% (n=3) que sim a bastante tempo e 8,33% (n=1) recentemente.

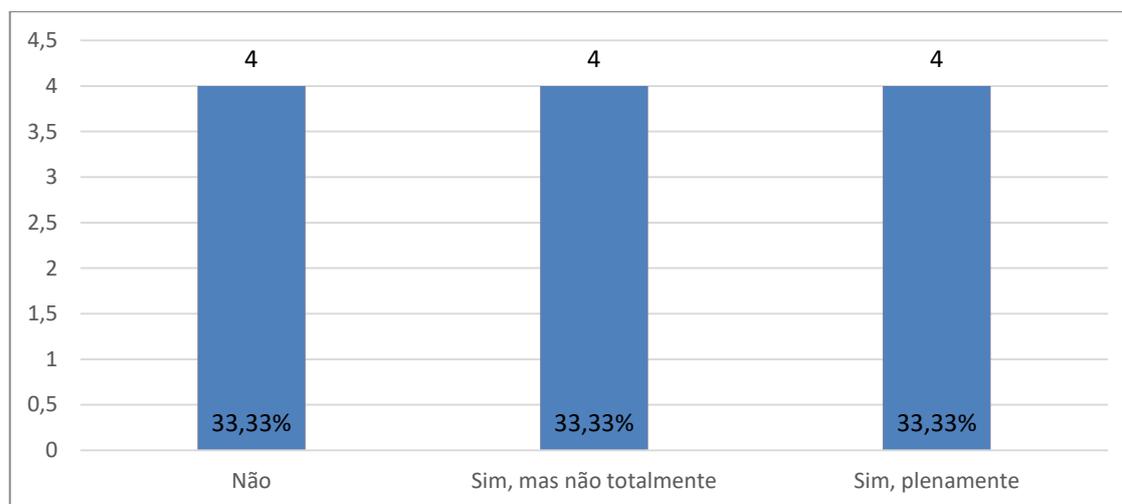
Gráfico 02: Se sente capacitado (a) a orientar/assistir uma paciente vítima de VCM – Enfermeiros.



Fonte: Elaborado pelo autor (2023).

Sendo a APS a porta de entrada dos serviços de saúde da maioria destas mulheres e os profissionais o seu vínculo, se faz necessário um acolhimento, orientação e encaminhamento humanizados e adequados, porém os profissionais de enfermagem não se sentem plenamente capacitados a orientar/assistir a paciente vítima de VCM (Gráfico 02), já os profissionais técnicos de enfermagem um número maior se declarou capacitado a atender casos de VCM (Gráfico 03), ainda assim a maioria não se sente totalmente preparada, diversos são os fatores que contribuem para que isso ocorra como, a falta de compreensão da própria paciente da situação que vive, o medo que culmina no silêncio. Um estudo realizado também na APS foi de encontro a estes dados onde mesmo exercendo a assistência na área a algum tempo, não se sentem capacitados (SILVA, 2020).

Gráfico 03: Se sente capacitado (a) a orientar/assistir uma paciente vítima de VCM – Técnicos de enfermagem.

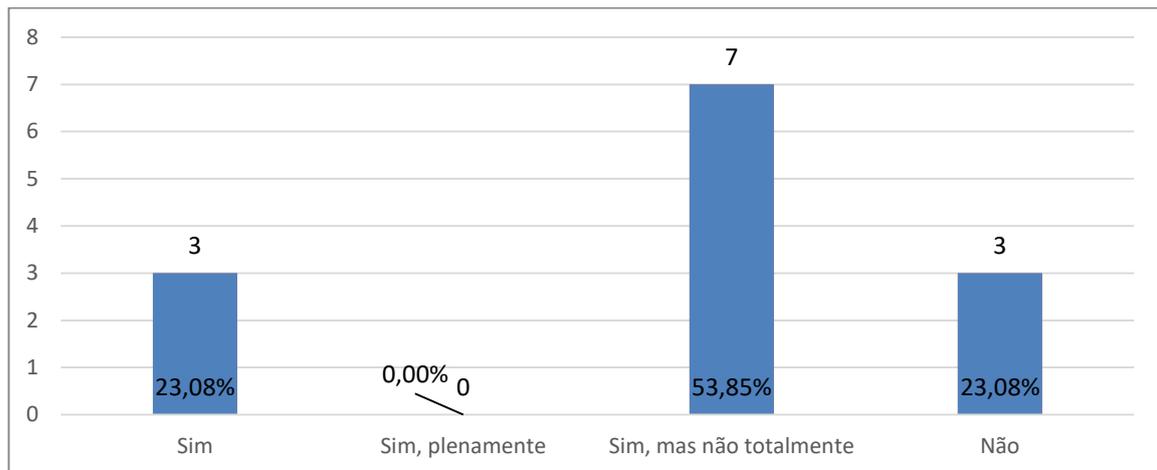


Fonte: Elaborado pelo autor (2023).

Os profissionais da atenção primária atuam identificando e prestando a assistência as vítimas, a enfermagem deve realizar uma escuta qualificada, passando segurança e acolhimento, diante das dificuldades muitas vezes esses profissionais podem se sentir imponentes não conseguindo conduzir o caso da forma correta. O despreparo é mais uma vez citado, trazendo como consequência a subnotificação dos casos ou encaminhamento incorreto da vítima, a desfalque de conhecimento sobre a temática acabam por impedir o profissional de realizar uma atenção integral a esta mulher (MOTA, 2020).

Passos 2022, evidenciou que apesar da maioria dos profissionais atribuir a responsabilização do atendimento a VCM para a equipe multiprofissional devido sua complexidade, não existe um preparo e planejamento dos mesmos, não recebendo capacitação/atualização nas unidades, neste estudo ainda 55% dos profissionais não tinha o conhecimento de que a violência contra a mulher entrava na lista de notificação compulsória. O gráfico 01 também corrobora com esses dados onde 53,08% (n=7) declararam não ter recebido educação continuada sobre o tema na unidade que atuam.

Gráfico 04: Na sua formação foi preparado para lidar com paciente vítima de VCM.



Fonte: Elaborado pelo autor (2023).

Levando-nos a crer que essa insegurança no manejo das situações de VCM pode vir desde o início da formação destes profissionais ainda na graduação, conforme podemos observar no (Gráfico 04) um quantitativo de 58,85% (n=7) dos participantes alegaram não terem sido totalmente preparados, seguido de 23,08% (n=3) que alegaram não terem sido preparados de forma alguma e 23,08% (n=2) responderam apenas que foram, nenhum profissional declarou ter sido plenamente preparado durante sua formação acadêmica, esses números podem estar atrelados ao fato de a maioria possuir anos de formado e advindos de um sistema que não se importou tanto com a temática.

Quando analisado o conhecimento de formandos atuais da enfermagem sobre a atenção em saúde a mulher vítima de violência, eles reconhecem a importância de desenvolver o conhecimento adequado durante a graduação, o seu papel como enfermeiro principalmente no acolhimento, evidenciado pelo seu desenvolvimento em eventos, disciplinas, estágio em casas de acolhimento a mulheres nessa situação (SOBRINHO, 2019).

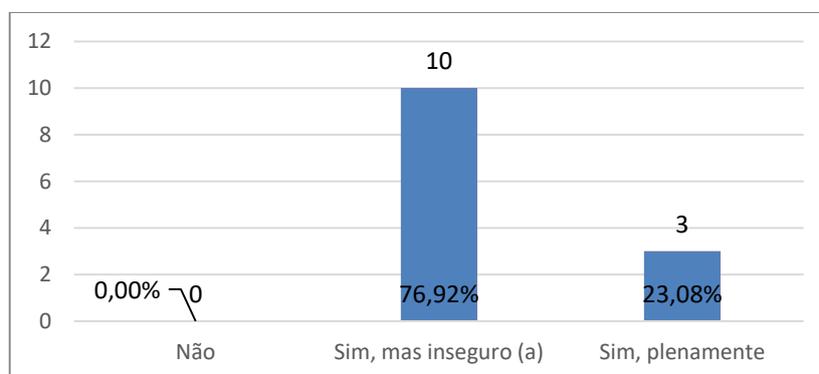
Um outro problema identificado sobre a temática refere-se ao modelo biomédico seguido nas unidades de saúde, onde os profissionais focam nos problemas clínicos e físicos e acabam por deixar a escuta e um cuidado integral de lado, tratando assim os sintomas e em maioria nem descobertas são as causas. Devido à falta de capacitação os profissionais acabam por não saberem qual a conduta adequada e como

direcionar a vítima, alguns profissionais acabam ainda por encaminhar as pacientes para o profissional psicólogo acreditando ser o mais apto a resolver e tratando como um problema de saúde mental. Essa falta de preparo ainda é citada como um obstáculo advindo desde a graduação, onde ocorre um déficit na formação no que se refere a abordagem e manejo destes casos, como alternativa ao chegarem no mercado de trabalho buscam cursos para se preparem (DUARTE,2019).

O profissional de saúde necessita de um conhecimento sobre os fluxos de atendimentos a mulher vítima de violência, trabalhando desde a identificação a prevenção de agravos. Fornece números de abrigos e entidades que acolham vítimas de violência quando necessário, orientar a buscar uma delegacia da mulher, bem como falar sobre as leis que amparam e protegem esta mulher atuam na penalização do agressor, tem-se ainda a ficha de notificação que quando realizada pelo profissional contribui para quebra da invisibilidade dos casos de violência (BOTELHO, 2021).

A falta de preparo também pode ser evidenciada pelo (Gráfico 05), onde 76,92% (n=10) se sentem inseguros ao identificar um caso de VCM em que a paciente não explicita verbalmente e apenas 23,08% (n=3) declarou plenamente apto. Na ESF (Estratégia e Saúde da Família) a consulta de enfermagem é utilizada como um dos momentos mais oportunos em que se averiguam os casos de violência, são onde o profissional de enfermagem além de poder observar sinais físicos como hematomas e/ou manchas pelo corpo, para identificação ainda pode ser observado quando a mulher se apresenta nervosa/retraída (LIMA, 2020).

Gráfico 05: Se sente apto (a) para identificar uma situação de VCM que a paciente não explicita verbalmente.



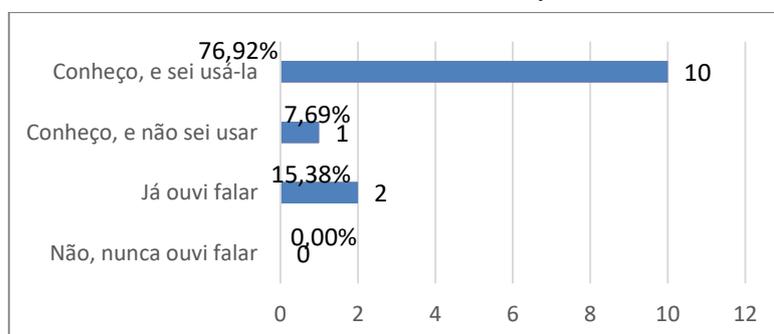
Fonte: Elaborado pelo autor (2023).

Muitas mulheres vítimas de violência deixam de procurar os sistemas de saúde ou órgãos competentes pois se sentem desamparadas frente a uma denúncia contra o agressor, vale ressaltar que isso se configura como uma falha da comunidade em prover acolhimento e amparo a essas vítimas. Nos serviços de saúde um importante profissional que pode atuar como identificador dos casos são os agentes comunitários de saúde (ACS), fazendo parte da equipe da UBS ele faz uma ponte entre os serviços de saúde e a comunidade entrando aí uma das importantes ferramentas a visita domiciliar onde tem-se um contato mais direto com a realidade dos pacientes (NASCIMENTO, 2019).

Sendo parte integrante do SUS a APS tem como princípios a proteção, diagnóstico, promoção saúde e prevenir agravos, a detecção precoce depende em parte de um acolhimento adequado, mas as vezes essas mulheres por sentimentos como culpa e até vergonha não falam sobre sua situação. Por mais que os profissionais consigam identificar os casos, a ineficiência das redes de atenção à saúde é um dos problemas que contribuem para perpetuação do ciclo de violência e ainda devido à complexidade dos casos existe a dificuldade de acolher o sofrimento destas mulheres (CASTANHA, 2022).

Sendo a notificação compulsória uma importante ferramenta na luta contra esse problema de saúde pública é de suma importância que o profissional enfermeiro tenha conhecimento da mesma e saiba usá-la. Como podemos observar no (Gráfico 06) dos profissionais enfermeiros 76,92% (n=10) conhecem e sabem usá-la, enquanto 7,69% (n=1) declarou conhecerem, mas não sabem como usá-la, enquanto 15,38% (n=2) declararam apenas já ter ouvi falar dela.

Gráfico 06: Conhece a Ficha de Notificação de VCM.

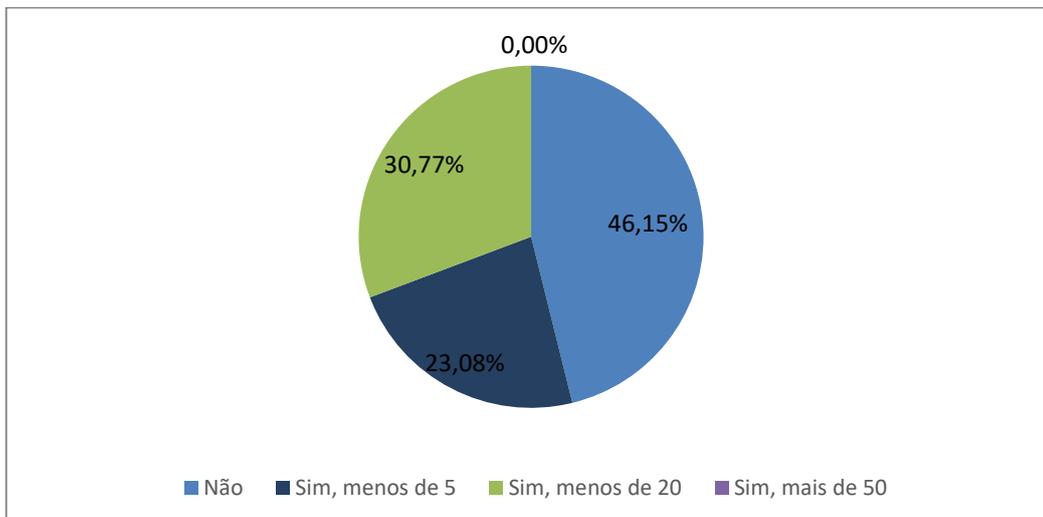


Fonte: Elaborado pelo autor (2023).

Neste sentido os profissionais da saúde possuem como obrigação a notificação compulsória dos casos de VCM, seja em ambientes de atendimento privados ou públicos, sempre respeitando e garantindo a autonomia da mulher em realizar ou não a denúncia. Sendo considerada em qualquer âmbito violência física, sexual ou psicológica, sofrida dentro da família ou a partir de um agressor que tenha convívio com a vítima. Vale ressaltar que as notificações devem ocorrer de forma a oferecer sigilo sem identificação da vítima fora dos serviços de saúde, o objetivo da notificação compulsória compreende também fornecer dados epidemiológicos que subsidiem a elaboração ou avanço de políticas públicas, sendo imprescindível o conhecimento acerca de sua existência e como manejá-la (FEITOZA,2020).

Quando questionados sobre a quantidade de casos de VCM já atenderam ou conseguiram identificar ao longo de sua atuação profissional, 46,15% (n=6) responderam que nunca atenderam, enquanto 30,77% (n=4) menos de 20 casos e 23,08% (n=3) menos de 5 (como podemos observar no Gráfico 07).

Gráfico 07: Quantidade de pacientes vítima de VCM já atendeu.



Fonte: Elaborado pelo autor (2023).

É de fundamental importância que a equipe tenha conhecimento para identificação e apoio da paciente, tendo em vista que essas mulheres chegam de forma indireta nos ambientes de saúde, por vezes devido a somatização de problemas que são desencadeados da situação de violência que sofrem. Por muito tempo esse problema foi tratado de forma indiferente, onde a mulher não relata e o profissional não

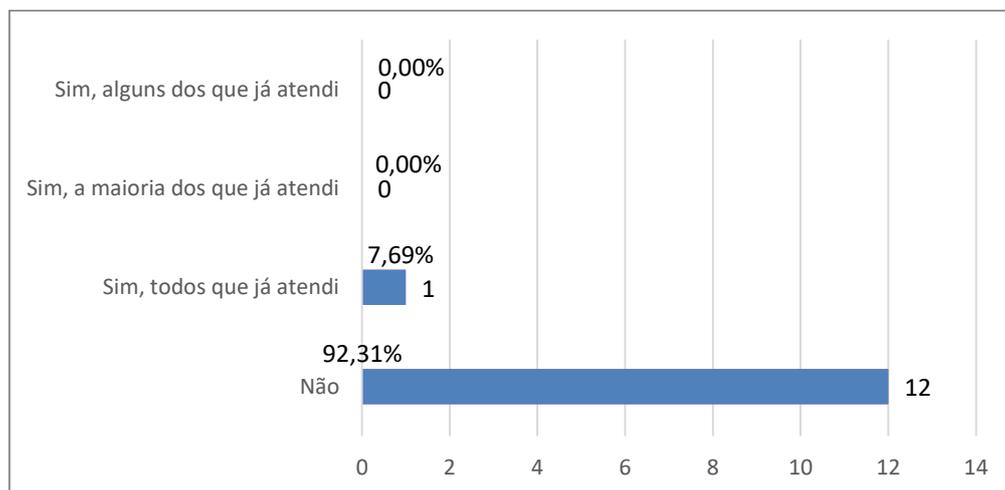
pergunta, passando como despercebido, esse silenciamento da vítima pode ocorrer devido a postura e conduta adotada pelo profissional (FUSQUINE, 2021).

Quando observados os números de casos de violência atendidos/identificados pelos profissionais ao longo de sua carreira (Gráfico 07), vê-se que mais da metade já tiveram pacientes vítimas de VCM, os profissionais que relataram nunca ter atendido pode-se devido à falta de preparo, que mesmo diante de casos não identificaram.

O profissional enfermeiro presta sua assistência baseada na Sistematização da Assistência de Enfermagem (SAE), logo o acolhimento e o apoio deve ser embasado em seus diagnósticos e intervenções quando necessários, sendo um problema que em maioria a mulher carrega consigo por um longo tempo, não terá uma resolutividade rápida e prática, devendo o profissional resolver a queixa e conforme ter abertura criar o vínculo de confiança, orientar a paciente quanto aos seus direitos, prestação da queixa onde será melhor orientada quanto aos procedimentos legais (PORTO,2020).

Apesar da maioria dos profissionais declararem saber utilizar a ficha de notificação e já terem atendido casos de VCM, dos profissionais enfermeiros entrevistados 92,31% (n=12) nunca realizaram uma notificação, apenas 7,69% (n=1) declarou já ter feito (Gráfico 08).

Gráfico 08: Já notificou algum caso de violência contra a mulher.



Fonte: Elaborado pelo autor (2023).

Um dos fatores atrelados a subnotificação decorre do não consentimento dessas mulheres em denunciar as agressões que sofrem em decorrência dos mais diversos motivos como medo, a presença de filhos frutos do relacionamento, a dependência

financeira e afetiva, esse silenciamento por parte da vítima é por vezes em falta de acolhimento necessário. A omissão da notificação propaga ainda a invisibilidade da VCM, tornando inviável a monitoramento adequado e real dimensão do problema, evidenciando a reponsabilidade da notificação como da sociedade através dos profissionais que tenham a oportunidade de realizá-la (FERREIRA, 2020).

Devido à falta de conhecimento da população e as vezes do profissional acerca do sentido da notificação a vigilância epidemiológico, ela acaba por não ocorrer. Atrelado ao medo de não saber as consequências legais que podem ocorrer e também a não diferenciação entre os conceitos de denunciar e notificar, alguns profissionais chegam a colocar como um problema de dimensão apenas judicial. A sobrecarga de dos profissionais também é citada como contribuinte para a subnotificação onde os profissionais relatam excesso de trabalho/burocracia e a ficha de notificação passa a ser mais uma atribuição a ser cumprida (CÁSSIA LEITE, 2019).

O sentimento de frustração também pode influenciar na não notificação dos casos, onde pode ocorrer uma exposição da pessoa que notifica e até mesmo uma represália e a impunidade do agressor, é válido salientar que essa quantificação de dados é que define os investimentos a essas demandas. Reforçando assim a atuação multiprofissional no atendimento aos casos de VCM, que além de oferecer uma atenção integral, oferte um atendimento mais assertivo (FONTENELLE, 2022).

CONCLUSÃO

É inegável que a violência contra a mulher é um caso de saúde pública e que se intensificou com a quarentena instalada devido o Coronavírus SARS-COV 2 causador da COVID-19, onde não é apenas a mulher atingida, mas também todos que compõe seu círculo de vivência e em maioria no local onde ela deveria estar protegida. Também não podemos negar a importância dos profissionais de enfermagem na identificação destes casos e a reponsabilidade em orientar esta mulher sobre seus direitos e amparos. Mediante o exposto neste estudo, é evidente que os profissionais não se sentem preparados no acolhimento e assistência as mulheres vítimas de violência, sendo preocupante que profissionais da porta de entrada dos serviços de saúde se sintam inseguros em casos de atendimento tão comuns em nossa sociedade. Outra questão alarmante vista através dos dados da pesquisa, a subnotificação dos casos de

VCM, onde dada as limitações deste estudo ainda não se foi possível determinar o motivo exato destas mulheres não aceitarem a violência que sofrem e as medidas judiciais que elas devem tomar.

As discussões levantadas apontam que devem ser elaboradas ações para preencher as lacunas que existem na formação dos profissionais acerca da temática, podendo ser ofertadas cursos de educação continuada, ou produção de material como criação de fluxo de atendimento específico para VCM nos estabelecimentos de saúde, podendo ainda ser criadas salas reservadas para atendimentos destes casos com a presença da equipe multiprofissional, bem como melhor articulação das autoridades e rede de apoio a estas mulheres.

Contudo, faz-se necessário a elaboração de novos estudos de caráter epidemiológico que investiguem os números e o porquê das subnotificações, para que assim as políticas públicas que asseguram essas mulheres e seus direitos possam evoluir e serem mais efetivas.

REFERÊNCIAS

BEZERRA, C. F. M. et al. Violência contra as mulheres na pandemia do COVID-19: Um estudo sobre casos durante o período de quarentena no Brasil / Violence against women during the COVID-19 pandemic: A study of cases during the quarantine period in Brazil. **ID on line revista de psicologia**, v. 14, n. 51, p. 475-485, 30 jul. 2020.

BOTELHO, Matheus Henrique Santana et al. Violência contra mulheres: conhecimento e preparo de profissionais da atenção básica de saúde em um município no sudeste do Pará. **Research, Society and Development**, v. 10, n. 11, p. e486101119486-e486101119486. Acesso em: 20/04/2023.

BRASIL. **Lei no. 11.340, de 07/08/2006.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11340.htm. Acesso em: 20/04/2023. Acesso em: 20/04/2023. Acesso em: 20/04/2023.

CAMPOS, B. et al. Violence against women: programmatic vulnerability in times of SARS-COV-2 / COVID-19 IN SÃO PAULO. **Psicologia & Sociedade**, v. 32, 2020.

CASTANHA, Liliane; DE LIMA, Maria Regina Tusky; PECORARO, Tatiane. Acolhimento de mulheres vítimas de violência na Atenção Básica em Saúde. **Revista NUPEM**, v. 14, n. 31, p. 248-262, 2022. Acesso em: 20/04/2023.

Paulo Roberto FERREIRA; Glaucya Wanderley Santos MARKUS; Liberta Lamarta Favoritto Garcia NERES; Mara Regina Lucena CABRAL; Adriana Keila DIAS. ANÁLISE DA ASSISTÊNCIA DE ENFERMAGEM ÀS VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER NO ESTADO DO TOCANTINS: UMA ABORDAGEM EPIDEMIOLÓGICA. **JNT Facit Business and Technology Journal. QUALIS B1. 2023. FLUXO CONTÍNUO - MÊS DE JULHO. Ed. 43. VOL. 1. Págs. 594-611. ISSN: 2526-4281** <http://revistas.faculdadefacit.edu.br>. E-mail: jnt@faculdadefacit.edu.br.

CHAVES, Nathalia Roscosz et al. O ACOLHIMENTO DA MULHER VÍTIMA DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA: O PAPEL DA ENFERMAGEM. **Anais do Salão de Iniciação Científica Tecnológica ISSN-2358-8446**, 2022. Acesso em: 20/04/2023.

DENZIN, Norman; LINCOLN, Yonna. A disciplina e a prática da pesquisa qualitativa. IN: e col. **O Planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens**. Porto Alegre: ArtMed, 2006, p.15-41. Acesso em: 20/04/2023.

DUARTE, B. A. R. JUNQUEIRA, M. A. B. & GIULIANI, C. D. (2019). Vítimas de Violência: atendimento dos profissionais de enfermagem em Atenção Primária. **Revista Família, Ciclos de Vida e Saúde no Contexto Social**, 7(3), 401-41. Acesso em: 20/04/2023.

FEITOZA, Douglas da Costa. **A notificação compulsória em situação de violência contra a mulher prevista nos códigos de ética da enfermagem, medicina, psicologia e odontologia**. 2020. <https://repositorio.uniceub.br/jspui/>. Acesso em: 20/04/2023.

FERREIRA, Ícaro Argolo; MORAES, Sara Santos. Subnotificação e Lei Maria da Penha:: o registro como instrumento para o enfrentamento dos casos de violência doméstica contra mulher considerando o anuário brasileiro de segurança pública (2019). **O Público e o Privado**, v. 18, n. 37 set/dez, 2020. Acesso em: 20/04/2023.

FONTENELE, Débora Maria Ximenes et al. Identificação e notificação de situações de violência na Atenção Primária à Saúde: a educação permanente como ferramenta de qualificação profissional. **Research, Society and Development**, v. 11, n. 10, p. e172111032617-e172111032617, 2022. Acesso em: 20/04/2023.

FUSQUINE, Rafaela Serrano; DE SOUZA, Yasmin Alves; CHAGAS, Aucely Corrêa Fernandes. Conhecimentos e condutas dos profissionais de saúde sobre a violência contra a mulher. **Revista Psicologia e Saúde**, p. 113-124, 2021. Acesso em: 20/04/2023.

JULCA, L.; Bibiana Conceição Rezende. As múltiplas escalas da violência contra as mulheres: a situação das mulheres na América Latina durante a pandemia da COVID-19. **Caderno Prudentino de Geografia**, v. 4, n. 42, p. 45-61, 2020. Acesso em: 20/04/2023.

LAWRENZ, Priscila et al. Violência contra mulher: notificações dos profissionais da saúde no Rio Grande do Sul. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, v. 34, 2019. Acesso em: 20/04/2023.

LEITE, Alessandra; FONTANELLA, Bruno José Barcellos. Violência doméstica contra a mulher e os profissionais da APS: predisposição para abordagem e dificuldades com a notificação. **Revista Brasileira de Medicina de Família e Comunidade**, v. 14, n. 41, p. 2059-2059, 2019.

Paulo Roberto FERREIRA; Glaucya Wanderley Santos MARKUS; Liberta Lamarta Favoritto Garcia NERES; Mara Regina Lucena CABRAL; Adriana Keila DIAS. ANÁLISE DA ASSISTÊNCIA DE ENFERMAGEM ÀS VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER NO ESTADO DO TOCANTINS: UMA ABORDAGEM EPIDEMIOLÓGICA. **JNT Facit Business and Technology Journal. QUALIS B1. 2023. FLUXO CONTÍNUO - MÊS DE JULHO. Ed. 43. VOL. 1. Págs. 594-611. ISSN: 2526-4281** <http://revistas.faculdadefacit.edu.br>. E-mail: jnt@faculdadefacit.edu.br.

LIMA, Josy Cárolen Vieira et al. Rastreamento e encaminhamento de casos de violência contra a mulher por enfermeiras na estratégia saúde da família. **Cogitare Enfermagem**, v. 25, 2020. Acesso em: 20/04/2023.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Ed. Vozes, 1999. p. 9-29. Acesso em: 20/04/2023.

LIMA DELMORO, Isabela de Cássia; DE CARVALHO VILELA, Sueli. Violência contra a mulher: um estudo reflexivo sobre as principais causas, repercussões e atuação da enfermagem. **Revista Enfermagem Atual In Derme**, v. 96, n. 38, 2022. Acesso em: 20/04/2023.

MOTA, Juliana Arrais; AGUIAR, Ricardo Saraiva. Percepções de enfermeiros da atenção primária no atendimento as mulheres vítimas de violência sexual. **Nursing (São Paulo)**, v. 23, n. 262, p. 3648-3651, 2020. Acesso em: 20/04/2023.

NASCIMENTO, VF do et al. Desafios no atendimento à casos de violência doméstica contra a mulher em um município mato-grossense. **Umuarama: Arq Cienc Saúde UNIPAR**, v. 23, n. 1, p. 15-22, 2019. Acesso em: 20/04/2023.

PASSOS, Maria Nazaré Souza et al. A política de enfrentamento à violência contra a mulher: concepções de uma equipe de enfermagem. **Revista Enfermagem Digital Cuidado e Promoção da Saúde**, v. 7, p. 1-8, 2022. Acesso em: 20/04/2023.

PEREIRA, Bruna Moreira. A violência contra a mulher: Um estudo histórico sobre a importância da implantação da Lei do Feminicídio no Brasil. **Direito**, p. 45-45, 2019. Acesso em: 20/04/2023.

PESSOA, B. G. F.; NASCIMENTO, E. F. DO. Feminicídio e Covid-19: **Revista Espaço Acadêmico**, v. 20, n. 224, p. 37-46, 21 set. 2020. Acesso em: 20/04/2023.

PICOT, S. et al. Coalition: Advocacy for prospective clinical trials to test the post-exposure potential of hydroxychloroquine against COVID-19. **One Health**, p. 100131, abr. 2020. Acesso em: 20/04/2023.

PORTO, Karine Barbosa et al. Sistematização da assistência de enfermagem no atendimento à mulher vítima de violência. **Revista Eletrônica Acervo Saúde**, v. 12, n. 11, p. e4676-e4676, 2020. Acesso em: 20/04/2023.

SANTOS, C. C. DOS et al. Análise epidemiológica das fichas de notificação de mulheres vítimas de violência no município de Foz do Iguaçu. **Revista Eletrônica Acervo Enfermagem**, v. 15, p. e9252, 25 nov. 2021. Acesso em: 20/04/2023.

SANTOS ALECRIM, Fabiana et al. Atuação do enfermeiro no contexto da violência contra a mulher: Revisão integrativa da literatura. **Revista Saúde-UNG-Ser**, v. 14, n. 1/2, p. 43-50, 2020. Acesso em: 20/04/2023.

Paulo Roberto FERREIRA; Glaucya Wanderley Santos MARKUS; Liberta Lamarta Favoritto Garcia NERES; Mara Regina Lucena CABRAL; Adriana Keila DIAS. ANÁLISE DA ASSISTÊNCIA DE ENFERMAGEM ÀS VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER NO ESTADO DO TOCANTINS: UMA ABORDAGEM EPIDEMIOLÓGICA. JNT Facit Business and Technology Journal. QUALIS B1. 2023. FLUXO CONTÍNUO - MÊS DE JULHO. Ed. 43. VOL. 1. Págs. 594-611. ISSN: 2526-4281 <http://revistas.faculdadefacit.edu.br>. E-mail: jnt@faculdadefacit.edu.br.

SANTOS, C. C. DOS et al. Análise epidemiológica das fichas de notificação de mulheres vítimas de violência no município de Foz do Iguaçu. **Revista Eletrônica Acervo Enfermagem**, v. 15, p. e9252, 25 nov. 2021.

SILVA, M. M. DE J. et al. Saúde das mulheres: vulnerabilidade, políticas de saúde e cuidado de enfermagem na pandemia de COVID-19. **Research, Society and Development**, v. 10, n. 15, p. e117101522453–e117101522453, 21 nov. 2021.

SILVA, N. N. F. et al. Atuação dos enfermeiros da atenção básica a mulheres em situação de violência. **Enfermagem em Foco**, v. 8, n. 3, 10 nov. 2017. Acesso em: 20/04/2023.

SILVA, Viviane Graciele da; RIBEIRO, Patrícia Mônica. Violência contra as mulheres na prática de enfermeiras da atenção primária à saúde. **Escola Anna Nery**, v. 24, 2020. Acesso em: 20/04/2023.

SOBRINHO, Natália Costa et al. Violência contra a mulher: a percepção dos graduandos de enfermagem. **Journal of Nursing and Health**, v. 9, n. 1, 2019. Acesso em: 20/04/2023.